

Integração das CTEAs do Estado de São Paulo: Água que integra, educação que transforma.



Título: Água e Gênero: Onde a Água Flui, a Igualdade Floresce, Reflexões sobre a gestão hídrica, a equidade de gênero e a governança das águas.

Apresentadora : Francisca Adalgisa da Silva

O Início do Debate:



Em 22 de março de 1992, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou o Dia Mundial da Água em solo brasileiro.

A data foi lançada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, no Rio de Janeiro, como um esforço da comunidade internacional para colocar em pauta as questões essenciais que envolvem os recursos hídricos no planeta.

O Início do Debate:

- A desigualdade de gênero no acesso a água passou a ser objeto de debate principalmente a partir da década de 1970, buscando-se formas de mitigar as assimetrias.
- Em 1979, foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher por meio da Resolução A/RES/34/180 (UN, 1979), que entrou em vigor como um tratado internacional de direitos humanos em 1981



Tema ONU 2026: "Água e Gênero: onde a água flui, a igualdade floresce".

O tema "Água e Gênero: onde a água flui, a igualdade floresce" nos lembra que a água não é apenas um recurso — é dignidade, saúde e oportunidade. No entanto, para milhões de mulheres e meninas, a água ainda significa longas caminhadas, tempo perdido e sonhos adiados.



Dona Raimundinha (65 anos) carrega "lata d'água" na cabeça distante quase 1km de casa. Eles moram no sítio Campo Limpo, Jaguaribe-Ceará. [Antônio Diógenes & Irisnalda](#)

A Premissa Central: A crise global da água afeta a todos, mas não de forma igual. Onde falta água, as desigualdades se alastram, punindo severamente mulheres e meninas.

O Fardo Invisível: Panorama Global

- **Mais de 1 bilhão de mulheres** – mais de um quarto de todas as mulheres (27,1%) não têm acesso a serviços de água potável gerenciados com segurança.
- **1,8 Bilhão de pessoas ainda não têm água potável** em suas residências e, em dois terços dos domicílios, as mulheres são as principais responsáveis pela coleta de água
- **Em 53 países** com dados disponíveis, mulheres e meninas **gastam 250 milhões de horas por dia** na coleta de água – **mais de três vezes acima do que homens e meninos.**
- **Água, saneamento e higiene inseguros** são responsáveis pela morte de cerca de **1.000 crianças menores** de cinco anos todos os dias.
- **Cerca de 14% dos países** ainda não possuem mecanismos para **garantir que as mulheres possam participar igualmente da tomada de decisões e da gestão da água.**

A Realidade Brasileira e a Interseccionalidade

A ANA, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, com base no Censo 2022 aponta que :

- **Saneamento:** No Brasil, **27 milhões de mulheres** (uma em cada quatro) não têm acesso adequado à infraestrutura sanitária e ao saneamento. Quando observamos a intersecção com o gênero, a falta de abastecimento de água tratada atinge proporções superiores a 18% para as mulheres autodeclaradas pardas e indígenas, enquanto para as mulheres brancas esse índice é quase a metade (10,6%)
- **Água tratada:** **Cerca de 15,2 milhões de mulheres** brasileiras (14,3% da população feminina) declararam não receber água tratada em suas moradias.
- O déficit de serviços de saneamento e acesso à água atinge as mulheres de forma mais severa nas seguintes regiões:
 - Região Norte: A falta de acesso atinge 39,3% da população feminina.
 - Região Nordeste: A falta de acesso atinge 20,0% da população feminina

A Realidade Brasileira e a Interseccionalidade

- **Precarização do saneamento:** O déficit de saneamento adequado atinge 36,5% dos domicílios chefiados por mulheres negras, contra 20,3% daqueles chefiados por mulheres brancas
- **Segregação urbana e racialização do cuidado:** Nas grandes cidades, a distribuição e a manutenção diferencial das infraestruturas recriam experiências de vida fortemente racializadas
- **Ameaça a comunidades tradicionais:** Fora dos grandes centros urbanos, o racismo ambiental se traduz na expropriação e na ameaça aos territórios e fontes de água de populações camponesas e tradicionais, como indígenas, quilombolas e comunidades geraizeiras, que protagonizam conflitos em defesa de seus recursos naturais e modos de vida contra o avanço de megaprojetos e do agronegócio



A Realidade Brasileira e a Interseccionalidade

- **Urbano x Rural:** Enquanto nas áreas urbanas 93,7% das mulheres recebem água tratada, nas áreas rurais apenas 34,7% das mulheres moram em residências ligadas à rede geral de distribuição de água.
- **Renda:** Entre as moradias pertencentes aos 10% mais pobres do país, a incidência de mulheres sem acesso à água tratada chega a 31,9%, contra apenas 4,2% entre as mulheres dos 10% mais ricos.
- **Raça:** A falta de água tratada atinge proporções superiores a 18% para mulheres autodeclaradas pardas e indígenas, enquanto para as mulheres brancas esse índice é quase a metade, ficando em 10,6%.
- **Escolaridade:** No grupo de mulheres sem instrução, 21,6% não têm acesso às redes de distribuição de água.

Divisão Sexual do Trabalho e Impactos na Saúde

- **Riscos e Saúde:** Longas caminhadas para coletar água geram problemas físicos, exaustão e deixam mulheres e meninas suscetíveis a diferentes tipos de violência e assédios
- **Impactos na saúde materna e reprodutiva:** Em períodos de seca e escassez extrema, registra-se um aumento de complicações durante a gravidez e no pós-parto, além da elevação da taxa de mortalidade infantil
- **Estresse emocional e adoecimento psicológico:** As mulheres enfrentam uma carga significativa de estresse e doenças emocionais relacionadas à ansiedade pela má qualidade da água, pelas desigualdades na sua distribuição e pela constante incerteza do abastecimento diário
- **Insalubridade e sobrecarga no cuidado:** Quando falta água, as condições de higiene da moradia se deterioram rapidamente, levando ao acúmulo de louças e roupas sujas (incluindo fraldas, o que gera forte odor de urina e fezes), aumentando a insalubridade do ambiente

Água como Direito e a Agenda 2030

- **Água como Direito e a Agenda 2030 Humano:** Em 2010, a ONU reconheceu o acesso à água limpa e segura como um direito humano essencial.
- **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):** A solução passa pela intersecção entre o ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 6 (Água e Saneamento).
- **Princípio 3 de Dublin (1992):** Reconhece que as mulheres desempenham um papel central no fornecimento, gestão e proteção da água.
- **O Alerta:** O esforço desproporcional para acessar a água afeta a subsistência feminina, gerando a "feminização da pobreza".



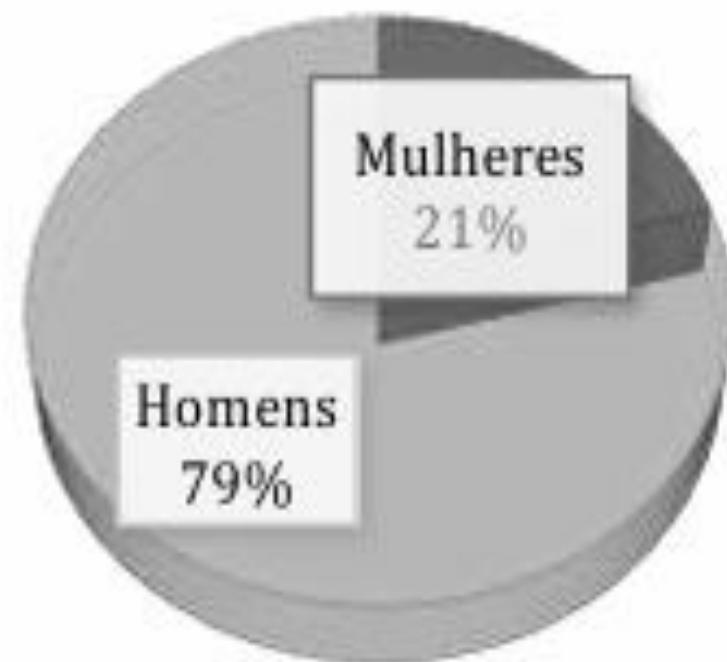
Governança das Águas: Quem Decide?

- **A Exclusão Global:** Cerca de 14% dos países ainda não possuem mecanismos para garantir a participação igualitária das mulheres na gestão da água.
- **O Cenário Brasileiro:** A gestão de recursos hídricos é descentralizada e participativa, mas ainda dominada por homens.
- **Sub-representação:** Nos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) brasileiros, as mulheres ocupam apenas cerca de 26% a 31% das posições. A água ainda é vista culturalmente como um campo técnico masculino.



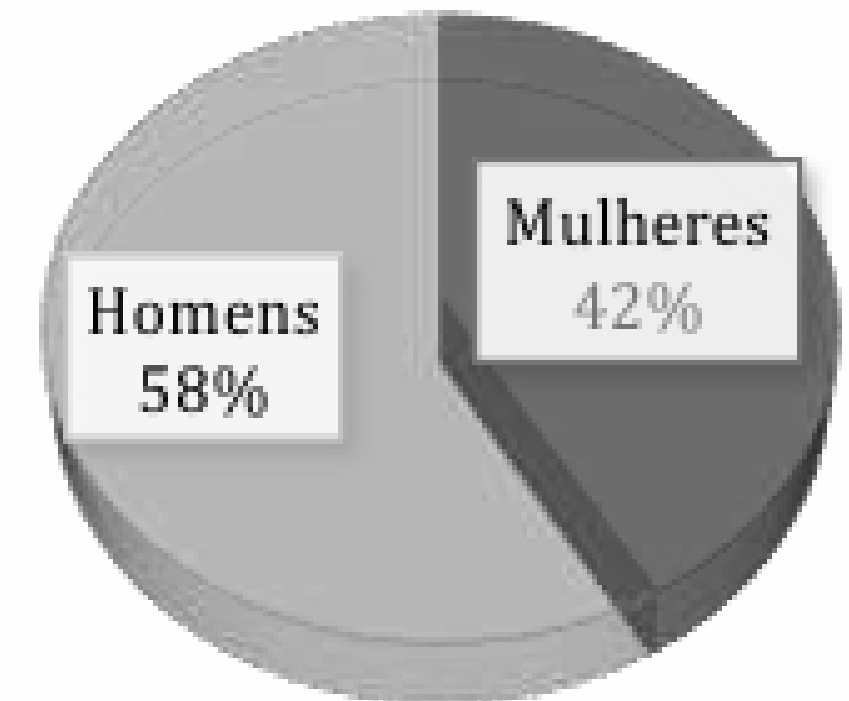
Representatividade de gênero nos CBHs no Estado de São Paulo

PRESIDENTES DE CBH NO ESTADO DE SÃO PAULO

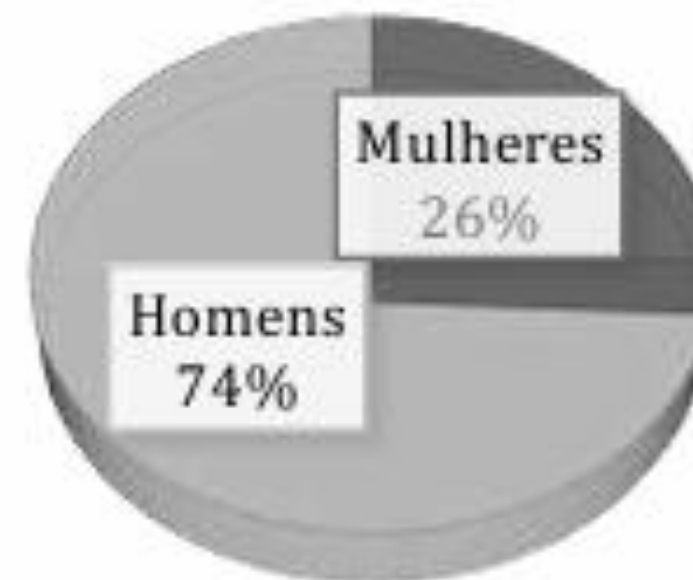


Embora a legislação determine que a composição do CBH deve contar com a participação dos poderes públicos, usuários e da comunidade local, não há menção quanto à necessidade de paridade de gênero

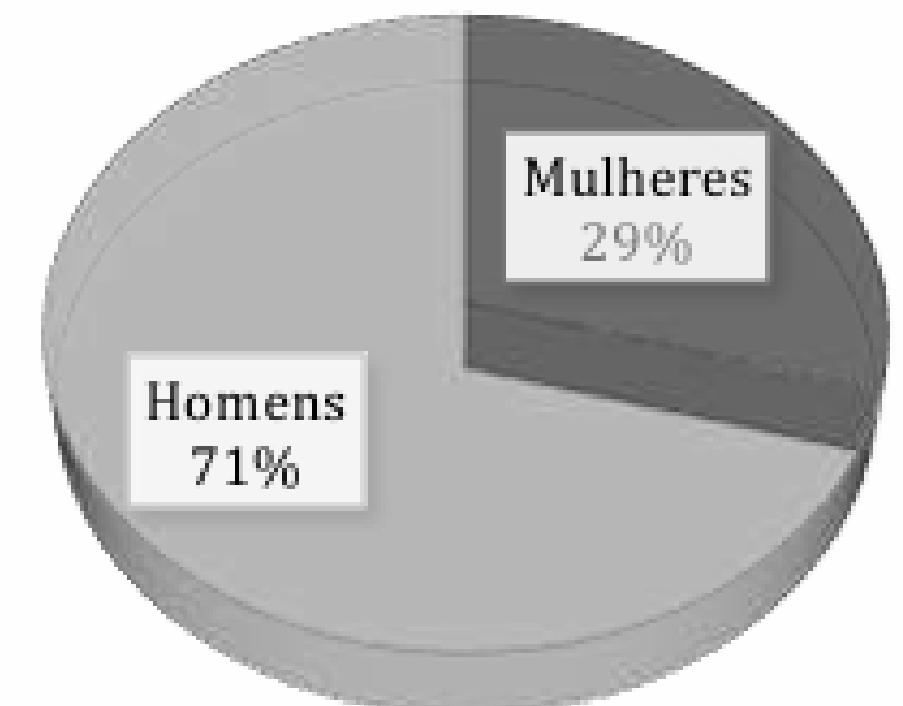
SECRETARIADO DOS CBH NO ESTADO DE SÃO PAULO



REPRESENTANTES DOS CBH NO ESTADO DE SÃO PAULO



REPRESENTANTES DO CNRH



A atuação das mulheres nos CBHs, de acordo com Jacobi, Empinotti e Toledo (2015, p. 2), refere-se principalmente “a atividades ligadas à sua logística como, por exemplo, na preparação de documentos e pareceres técnicos”.

Fonte: Elaboração própria.

“A gestão descentralizada e participativa fortalece as decisões locais, amplia a transparência e o controle social sobre as políticas de água. Além disso, a gestão dos recursos hídricos deve ser integrada e articulada, permitindo o planejamento conjunto entre diferentes atores, setores e políticas públicas.”



Como as mudanças climáticas impactam a vidas das mulheres?



- **Aumento extremo da sobrecarga de trabalho:** Com a intensificação das secas e a crescente escassez hídrica impulsionada pelo clima, as mulheres e meninas são obrigadas a caminhar distâncias cada vez maiores em busca de fontes seguras.
- **Agravamento da violência de gênero:** A crise climática exacerba as tensões por recursos escassos (como água e alimentos) e gera instabilidade econômica e deslocamentos, fatores que impulsionam diretamente o aumento da violência
- **Deterioração da saúde e aumento das vulnerabilidades reprodutivas:** A falta de água também causa o aumento de complicações na gravidez, problemas no pós-parto e a elevação das taxas de mortalidade infantil
- **Insegurança alimentar e feminização da pobreza:** A água é vital para a agricultura de subsistência, uma área fortemente dependente do trabalho feminino. A ONU projeta que, no pior cenário climático até 2050, os impactos combinados (incluindo a falta de água) poderão **empurrar até 158,3 milhões de mulheres e meninas adicionais para a pobreza extrema no mundo**

Do Fardo ao Protagonismo



Como podemos melhorar este cenário?

- **Garantir a representação e liderança feminina na governança das águas:** É fundamental promover a paridade de gênero e a participação efetiva das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão, como nos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e conselhos nacionais
- **Coletar e aplicar dados desagregados por gênero (DDG):** A falta de estatísticas específicas camufla as desigualdades enfrentadas pelas mulheres.
- **Investir em tecnologias sociais e infraestrutura de proximidade:** priorizando o atendimento de famílias chefiadas por mulheres

Do Fardo ao Protagonismo

- **Alterar os marcos legais e institucionais:** É necessário atualizar as leis para que reflitam a importância da equidade. No Brasil, por exemplo, sugere-se a inclusão formal do Princípio 3 da Declaração de Dublin (que reconhece o papel central da mulher na provisão, gestão e proteção da água) na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).
- **Desconstruir a divisão sexual do trabalho e engajar os homens:** Incentivos a responsabilidade compartilhada do trabalho doméstico e de cuidados dentro das famílias, combatendo a ideia de que a gestão da água no lar é uma obrigação exclusivamente feminina
- **Capacitar gestores e criar programas de incentivo:** O poder público deve investir na sensibilização e treinamento de gestores (homens e mulheres) sobre a perspectiva de gênero. Além disso, a criação de programas específicos dentro dos comitês de bacias, a formulação de observatórios de equidade e a premiação de boas práticas institucionais ajudam a manter a agenda de gênero ativa e monitorada





Do Fardo ao Protagonismo

- **Garantir que a ação climática proteja as mulheres:** Como a crise climática agrava a escassez de água e a violência baseada em gênero, as estratégias de mitigação e adaptação climática devem obrigatoriamente incorporar lentes de gênero para "não causar danos" e assegurar que as soluções (como a transição para energias limpas) incluam mecanismos de proteção e empoderamento feminino
- **Capacitar gestores e criar programas de incentivo:** O poder público deve investir na sensibilização e treinamento de gestores (homens e mulheres) sobre a perspectiva de gênero. Além disso, a criação de programas específicos dentro dos comitês de bacias, a formulação de observatórios de equidade e a premiação de boas práticas institucionais ajudam a manter a agenda de gênero ativa e monitorada

Francisca Adalgisa da Silva

Francisca Adalgisa da Silva
Doutoranda em Planejamento e Gestão pela
UFABC
e-mail: fadalgisa@gmail.com